

Sumário

Introdução, 1

- 1 A cláusula geral de responsabilidade civil objetiva pela atividade de risco, 7**
- 2 Esboço da evolução histórica da responsabilidade civil, 12**
 - 2.1 Importância e a veemência da evolução do instituto, 12
 - 2.2 A vingança pela vingança nos primórdios da humanidade, 14
 - 2.3 O regramento estatal da vingança, 14
 - 2.4 A composição voluntária a critério da vítima, ainda com fulcro na vingança, 15
 - 2.5 A composição tarifada da Lei das XII Tábuas, abolindo-se a vingança, 16
 - 2.6 O período romano – delitos e ações privadas e públicas, distinguindo-se indenização civil e pena criminal, 17
 - 2.7 A Lei Aquília – resquício da culpa e da generalização do princípio indenizatório, 18
 - 2.8 Da responsabilidade pessoal à patrimonial, 20
 - 2.9 A Idade Média e o direito canônico, 20
 - 2.10 O Código de Napoleão – a consagração da culpa, 21
 - 2.11 A constatação da deficiência da teoria subjetiva, 23
 - 2.12 A busca por soluções alternativas ao problema revelado pela dificuldade na prova da culpa, 25
 - 2.13 Breve notícia acerca dos novos rumos da responsabilidade civil, 28

- 3 A responsabilidade objetiva fundada na doutrina do risco, 31**
 - 3.1 Local e momento de seu surgimento, 32
 - 3.2 O trabalho de Raymond Salleilles e Louis Josserand, 36
 - 3.3 A doutrina do risco no Brasil, 38
 - 3.4 Da subdivisão da responsabilidade objetiva em tipificada ou fechada e genérica ou aberta, 41
 - 3.5 Da convivência harmônica entre as teorias subjetiva e objetiva, 44
- 4 A responsabilidade sem culpa – causas e teorias, 47**
- 5 Críticas e defesa da teoria do risco, na visão de Alvino Lima, 52**
- 6 Distinção entre o “risco” propulsor da responsabilidade objetiva e o “risco” mencionado no parágrafo único do art. 927 do Código Civil, 57**
- 7 Justificativa para a responsabilidade civil fundada na atividade de risco, 59**
- 8 Âmbito de incidência da responsabilidade objetiva genérica pelo exercício de atividade de risco, 68**
- 9 Posicionamentos contrários e favoráveis à abertura da responsabilidade objetiva, 73**
- 10 Direito estrangeiro, 78**
 - 10.1 O direito mexicano e o dever indenizatório em virtude dos meios pelos quais a atividade é desenvolvida, 78
 - 10.2 Os códigos de Portugal e da Itália e a possibilidade de o agente demonstrar que se acautelou a evitar o dano, 79
 - 10.3 O direito da França e da Alemanha e a ausência de cláusula genérica de responsabilidade civil objetiva, 85
 - 10.4 O radical sistema da antiga União Soviética com vistas à proteção do proletariado, 86
 - 10.5 A *commom law* da Inglaterra e dos Estados Unidos, 88
 - 10.6 As legislações de alguns países vizinhos da América Latina, 89
- 11 Risco-“proveito” ou risco-“criado”?, 91**
- 12 A disposição legal que consagrou a responsabilidade civil objetiva pela atividade de risco, 95**
 - 12.1 Exame da expressão: *quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano*, 96
 - 12.2 Exame da expressão: *implicar, por sua natureza*, 104

- 12.3 Exame da expressão: *risco para os direitos de outrem*, 107
- 13 Conceito da responsabilidade civil objetiva genérica fundada na atividade de risco, 111**
- 14 Situações que podem admitir a aplicação da responsabilidade civil objetiva genérica pela atividade de risco, 114**
 - 14.1 A fabricação, a guarda e o transporte de substâncias inflamáveis e explosivas, 116
 - 14.2 Responsabilidade civil automobilística – acidentes causados por veículos “comuns”, 117
 - 14.3 O transporte de cargas pesadas, 125
 - 14.4 A atividade bancária, 128
 - 14.4.1 Responsabilidade pelo pagamento de cheque falso, 128
 - 14.4.2 Responsabilidade pela cobrança judicial ou protesto de título quitado, 131
 - 14.4.3 Responsabilidade pelos saques indevidos em caixas eletrônicos, 133
 - 14.4.4 A “negativação” do nome de alguém em virtude da abertura de conta por estelionatário, 135
 - 14.4.5 Indenização pedida pelo terceiro que recebeu cheque falso, 136
 - 14.5 O cartão de crédito, 137
 - 14.6 Os contratos eletrônicos, 140
 - 14.7 A guarda e o transporte de valores, 141
 - 14.8 O serviço de segurança e escolta, 143
 - 14.9 A construção civil, 145
 - 14.10 Os cadastros de proteção ao crédito, 146
 - 14.11 O mercado de capitais, 159
 - 14.12 O empréstimo de veículos a terceiros, 162
 - 14.13 A fabricação e o fornecimento de cigarros, 164
 - 14.14 A responsabilidade do empregador por acidente com o empregado, 166
 - 14.15 A responsabilidade das empresas de comunicação, 167
 - 14.16 As instalações nucleares e radioativas, 168
 - 14.17 As práticas desportivas, 169
 - 14.18 Outras atividades, 172
- 15 Exame das hipóteses que podem ou não exonerar da responsabilidade o agente que exerceu a atividade arriscada, 176**
 - 15.1 Estado de necessidade, legítima defesa e exercício regular de um direito, 177
 - 15.2 Caso fortuito ou força maior, 179
 - 15.3 O fato de terceiro, 183

15.4 Culpa exclusiva da vítima, 188

15.5 A tomada de precauções para evitar o acidente, 193

15.6 A prática de conduta lícita, 194

Conclusão, 199

Bibliografia, 205